



Revista Educação em Questão

E-ISSN: 1981-1802

eduquestao@ce.ufrn.br

Universidade Federal do Rio Grande do
Norte
Brasil

dos Santos, Vera Maria

A Geografia em Sergipe e os seus livros didáticos para o ensino primário: do século XIX
ao século XX

Revista Educação em Questão, vol. 29, núm. 15, mayo-agosto, 2007, pp. 166-196

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=563959961009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A Geografia em Sergipe e os seus livros didáticos para o ensino primário: do século XIX ao século XX¹

The Geography about Sergipe and didatic books for primary education: of century XIX to century XX

Vera Maria dos Santos
Universidade Federal de Sergipe

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar a disciplina Geografia em Sergipe e os seus livros didáticos, para o ensino primário, do século XIX ao século XX. O marco temporal desta pesquisa está delimitado a partir da primeira tentativa de criação da cadeira de Geografia em 1825, até a publicação da *Geografia de Sergipe* da professora Josefina Leite Campos, em 1967, quando se começou a repensar a natureza do ensino da Geografia em Sergipe. Esta publicação representou uma ruptura do modelo de ensino dessa disciplina que, durante muitos anos, se deu com base nas Corografias. As fontes documentais são de natureza diversa: jornais da época, correspondências, Relatórios da província, Falam dos presidentes, entrevistas, compêndios, encontrados em bibliotecas públicas e escolares e em acervos particulares.

Palavras-chave: Geografia de Sergipe. Corografia de Sergipe. Livro-didático.

Abstract

The objective of this work is to analyze the discipline Geography in Sergipe and its didactic books, for elementary education, from 19th to 20th century. The timing of this research starts on the first attempt to create the chair of Geography in 1825, and extends itself to the publication of the book *Geography of Sergipe* by the teacher Josefina Leite Campos, in 1967, when the nature of education of Geography in Sergipe started being rethought. This publication has represented a pattern rupture related to the teaching in this subject that, during many years, was based on the "Corografias". The documentary sources were taken from diverse nature: newspapers of that time, letters, reports of the province, presidents' speeches, interviews, compendiums, in public and school libraries, and privatives collections of a library.

Keywords: Geography of Sergipe. Corografia of Sergipe. Didatic Books.

Analisar a disciplina Geografia em Sergipe e os seus livros didáticos, destinados ao ensino primário, do século XIX ao século XX é o propósito deste trabalho. O marco temporal desta pesquisa está delimitado a partir da primeira tentativa de criação da cadeira de Geografia em 1825, até a publicação do livro didático da professora Josefina Leite Campos, em 1967, quando se começou a repensar a natureza do ensino da Geografia em Sergipe.

O trabalho apóia-se em autores como Chartier que entende o livro “[...] como objeto material, diferente de outros tipos de escritos, cuja coerência e completude resultam de uma intenção intelectual ou estética.” (CHARTIER, 2002, p. 110). E são vistos “[...] como produtores de um universo de inter-relações humanas que se estabelecem a partir das diversas e variáveis maneiras de se abordar a arte da leitura.” (CHARTIER, 1999, p. 8).

Na mesma linha de pensamento de Chartier, Munakata entende que o livro didático é aquele que é “[...] transportado constantemente: da casa do seu leitor para um lugar específico que se chama escola e desta para o ponto inicial – e isso quase diariamente.” (MUNAKATA, 1999, p. 578). Enquanto Carvalho defende a idéia do livro como um:

[...] objeto cultural que, constitutivamente, guarda as marcas de sua produção e de seus usos. No caso dos impressos escolares, trata-se, em primeiro lugar, de analisá-los sob a perspectiva de sua produção e distribuição, como produtos de estratégias editoriais em complexa correspondência com estratégias políticas e pedagógicas determinadas. (CARVALHO, 2000, p. 168).

De Chervel utilizou-se o entendimento de disciplina escolar como saberes historicamente construídos “[...] que é igualmente, para nós em qualquer campo em que se encontre, um modo de disciplinar o espírito, quer dizer de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte.” (CHERVEL, 1990, p. 180).

Trabalhou-se também o conceito de intelectual de Sirinelli que propõe duas acepções do termo intelectual:

[...] uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os ‘mediadores’ culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito.



Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou 'mediadores' em potencial, e ainda outras categorias de 'receptores' da cultura. (SIRINELLI, 1990, p. 242).

A hipótese que norteia esse texto é a de que o livro de Geografia de Sergipe da professora Josefina Leite Campos, produzido em 1967 representou uma ruptura do modelo de ensino que, durante muitos anos, deu-se com base no estudo de "corografias", as quais eram descrições de cidades, estados, regiões.

Para a realização desse propósito, buscou-se fontes documentais de natureza diversa: jornais da época, correspondências, Relatórios da Província, Fala dos presidentes. Houve também entrevistas e visitas a acervos públicos e particulares, bibliotecas públicas e particulares.

A implantação da Reforma Couto Ferraz, em 1854, extinguiu a formação baseada no modelo de Escola de Primeiras Letras, mudando a natureza do ensino primário, que foi dividido em dois graus (elementar e superior). Nessa reforma, a matéria Elementos da História e Geografia, principalmente do Brasil, entre outras disciplinas, integrou o currículo do ensino primário superior. A sua inclusão foi comentada por Almeida:

[...] os reformadores ou inovadores de 1854, quiseram que a criança, se não pudesse estudar a história universal, não permanecesse ignorante das lições de História. Desejou-se que, conhecendo melhor o seu país, aprendesse a amá-lo mais e se preparar para bem servi-lo: introduziu-se, na escola primária, um lugar para a História e a Geografia. (ALMEIDA, 1989, p. 85).

Entre outras modificações estabelecidas pela Reforma Couto Ferraz, estavam segundo Rocha:

[...] o deslocamento dos estudos científicos para os primeiros anos; mais projeção para a gramática nacional; desdobramentos dos estudos históricos e geográficos, que passaram a contar além dos ensinamentos acerca da história e da geografia moderna, com conteúdos mais explícitos sobre a corografia brasileira e história do Brasil. (ROCHA, 1996, p. 166).

Em Sergipe, depois da citada Reforma, a disciplina Geografia foi incluída no currículo da escola primária, entretanto as dificuldades de recursos e de pessoal impediram a adequação das escolas aos moldes propostos pela Reforma.

Seis anos após a Reforma Couto Ferraz, em 1860, conforme o Relatório da Assembléia Provincial, o ensino, de um modo geral, na Província de Sergipe, "[...] ainda continua, n'um atraso extraordinário [...]. Não existem casas apropriadas para escolas; pouca ou nenhuma mobília tem as aulas; há falta absoluta de livros, papel, traslados e outros objetos indispensáveis ao ensino." (GALVÃO, 1860, p. 11). No que se refere à Geografia, o então presidente relatou que a instrução elementar contava com duas aulas de Geografia, funcionando com 16 alunos, em toda a Província. Como se pode verificar, após a Reforma Couto Ferraz o ensino na Província de Sergipe sofreu poucas alterações, tendo em vista a carência de recursos financeiros e de pessoal.

O Regulamento da Instrução Pública de Sergipe, aprovado em 1875, estabeleceu as matérias da instrução primária, que forneceriam uma sólida e completa educação profissional aos alunos. Nos termos de Miranda as matérias eram:

Elementos de História e Geografia principalmente do Brasil; Leitura dos Evangelhos e Notícia da História Sagrada; Desenvolvimento da Aritmética e suas aplicações práticas, quer em quebrados e decimais, quer em complexos e proporções; Estudos mais desenvolvidos do Systema Métrico; Leitura da Constituição Política do Império; Ellementos de Geometria; Noções das Sciencias Phisicas e Naturaes mais applicados aos usos da vida. (MIRANDA, 1875, p. 30).

Ainda em 1875², um novo programa modificou mais uma vez o ensino público primário e a disciplina Elementos de Geografia Universal e História do Brasil integrou o conjunto das matérias definidas para esse grau com:

Instrucção moral e religiosa, comprehendido o resumo de historia sagrada; Leitura e escripta, comprehendida a declamação de versos; Grammatica da lingua nacional; Arithmetica em sua diferentes operações por números inteiros, fraccionarios e decimaes;



Systema métrico; Elementos de geographia universal e historia do Brasil; Elementos de geometria e desenho linear. Nas escolas do sexo feminino o ensino compreenderá demais – trabalhos de agulha e outros analogos ao sexo, e nas do sexo masculino – noções geraes da Constituição Política do Imperio e de agricultura, pela leitura e exercícios de cor d'aquella e de um epitome desta adoptado pela directoria da instrucção. (RESOLUÇÃO DE 20 DE ABRIL DE 1875, 1875, p. 155-161).

Em 1876³, outra Reforma da Instrução Pública abrangeu as seguintes disciplinas: Instrução Moral e Religiosa, Leitura e Escrita, Elementos de Gramática Nacional, e Elementos de Aritmética e Sistema Métrico Decimal. Acrescentaram-se os trabalhos de agulha, para as escolas femininas e excluiu-se do elenco a Geografia. Em relação a esse programa, Martins Fontes destacou que o mesmo estava incompleto porque lhe faltavam os “meios” que segundo ele, na corte sobravam:

A meu ver o programma não ficou ainda completo com o pequeno accrescimo que lhe fez aquella resolução; acho que se lhe poderia dar maior amplitude, sem [...] que houvesse atropello ou perturbação alguma na sua ministração. Na corte do império, onde sempre se ensinou se maior número de matérias ainda que elementarmente, nas escolas públicas primárias. [...] Que muito que sem pretendermos, por ora, o que aliás fora para desejar, igualar as nossas escolas as da corte do império, por que nos faltam meios que lá devem certamente sobrar, procuremos ao menos imital-as. (FONTES, 1878, p. 9-42).

Ao fazer tal afirmação, Martins Fontes revelou o descompasso existente entre as escolas da Corte do Império, onde se ensinava um maior número de matérias e as escolas sergipanas onde o número de matérias ensinadas era menor.

Foi estabelecido um novo programa para atender à realidade sergipana, que segundo o vice-presidente, não comportaria uma programação tão extensa e variada, nem tampouco deixava a nossa Província numa esfera tão pobre e limitada, mas num meio termo. Desse modo, a Instrução Pública Primária contou com um novo plano, constituído por nove disciplinas, entre as quais Elementos de Geografia e História, principalmente do Brasil. A explicação de Martins Fontes é procedente:

Instrução moral e religiosa; Leitura e escripta com explicação das regras da calligraphia; Noções geraes de grammatica da língua nacional, com alguns desenvolvimento e analyse para as classes superiores; Theoria e pratica de arithmetica até regra de trez, tudo elementarmente; Noções de geometria plana; Systema metrico decimal; Leitura explicada da constituição politica do Imperio; Elementos de Geographia e historia, principalmente do Brazil; Noções geraes de agricultura. (FONTES, 1878, p. 9-42).

Já em 1879, Raymundo Braulio Pires Lima entendeu que o programa estabelecido pelo seu antecessor deveria ser mais desenvolvido, de forma que as crianças pudessem se preparar convenientemente e dispor o seu espírito para novas conquistas. Para adquirir tais habilidades entendeu que a Geografia, nesse programa, deveria ser ensinada desvinculada da História. A Geografia nesse programa apareceu realmente sem a História:

Instrução moral e religiosa; Leitura e escripta com explicação das regras da calligraphia.; Ortographia ;Princípios de Grammatica; Theoria e pratica; de Arithmetica até raiz quadrada, elementarmente; Desenho Linear; Musica; Geographia; Noções de Historia do Brasil; Systema métrico decimal com suas applicacoes 11º Noções de Geometria plana; Noções de Constituição Politica do Império; Noções geraes de agricultura. As escolas do sexo feminino comprehenderão trabalho de agulha [...] limitando-se somente o ensino de Arithmetica até os numeros fraccionarios. (LIMA, 1879, p. 16-19).

171

Em 1881, mais uma reforma da Instrução Pública foi anunciada. Inglês de Souza, em sua breve presidência, ao propor um novo regulamento para o ensino, criticou as reformas sucessivas e reclamou da necessidade de um sistema educacional. Para Nunes foi uma:

[...] tentava, principalmente, consolidar a legislação variada e esparsa, fruto de sucessivas reformas educacionais acontecidas em Sergipe desde 1870, sob influência das tentativas de renovação da política educacional do Império. Inicialmente, procurou avocar ao Presidente da Província a responsabilidade do sistema educacional, definida pelo art. 1º, ao estabelecer que lhe compete a suprema inspeção e direção da Instrução Pública



que exercerá por si e por meio das autoridades constituídas no Regulamento. (NUNES, 1984, p. 143).

Segundo Nunes, a proposta de Inglês de Souza foi inovadora e estava muito além da realidade sergipana. No curso primário, por exemplo, o currículo foi ampliado abrangendo os ensinamentos de:

[...] leitura, caligrafia, exercícios de declamação e redação; contabilidade, sistema métrico decimal; noções de geometria plana e desenho linear; rudimentos de geografia e de cosmografia; exercícios de intuição; elementos de gramática portuguesa, análise lógica e gramatical de prosadores nacionais; trabalhos de agulha nas aulas de sexo feminino. (NUNES, 1984, p. 144).

Mas, as idéias do então presidente não se consolidaram e a disciplina Geografia continuou à mercê das sucessivas reformas educacionais. A Geografia ensinada em Sergipe, durante o período Imperial, recebeu distintas denominações. Geografia, Geografia Universal, Cosmografia e Cronografia do Brasil, Geografia e Instrução Religiosa, Geografia e História, principalmente do Brasil, Elementos de Geografia e História, principalmente do Brasil, Geografia Universal e História do Brasil, Elementos de Geografia, Geografia do Brasil.

Essas denominações refletem a falta de autonomia disciplinar da Geografia, que podia ser ensinada juntamente com outras matérias, e que chegou a ser uma atribuição a mais do lente de Retórica, ou dos professores de outras cadeiras que se sentissem em condições de ministrá-la. Tais fatos mostram ainda o quanto o seu ensino era fragmentado e o quanto era instável o seu conteúdo alterado a partir das freqüentes reformas ocorridas na Instrução Pública sergipana. Entretanto, é preciso reconhecer a singularidade dessas reformas, atentando para as diferentes maneiras que a Geografia assumiu ajustando-se às necessidades de recursos financeiros e de pessoal e aos interesses da época.

No que se refere aos livros didáticos, até o final do século XIX, mais especificamente, até 1895, não se encontrou evidências de livro didático de Geografia de Sergipe. Ausência que foi preenchida por compêndios e manuais enciclopédicos produzidos em outros países. A exemplo do *Manual Encyclopedico*, de Emílio Achiles Monteverde, produzido pela Imprensa Nacional de Lisboa, com 799 páginas, em 189[3] ou 189[8]⁴, foi indicada

para o uso da instrução primária brasileira⁵. Os livros de origem francesa também circularam em nossas escolas.

Os ensinamentos sobre a Geografia do Brasil tomaram um novo rumo, depois da tradução realizada por Capistrano de Abreu e por Alfredo do Valle Cabral, da obra de Johann Eduard Wappaeus, *Geografia Physica do Brasil* (1884). Esse livro foi produzido pela Typographia G. Leuzinger e Filhos, com 470 páginas e o seu conteúdo⁶ tratou da Geografia Física do Brasil, incluindo o estudo da população e dos índios. Vale ressaltar que até essa publicação os estudos sobre o Brasil eram feitos com base na *Corografia Brasília*, de Aires de Casal (1817) e na *Geografia* de Tomaz Pompeu de Souza Brasil (1851).

Mas, entre presenças e ausências, os livros didáticos adotados em nossos estabelecimentos de ensino evidenciaram os saberes geográficos que foram ensinados para os estudantes sergipanos no período imperial: Geografia Astronômica, Cosmografia, Geografia Física e Geografia Política. A Geografia ensinada aos alunos desse período foi descritiva, enciclopédica, de nítida orientação francesa.

Somente após a Proclamação da República começou a circular nas escolas livros didáticos dedicados ao estudo da Geografia de Sergipe. As publicações anteriores ao ano de 1897, não trataram desse conteúdo, que só se fez presente em função do interesse republicano de construir, através da instituição escolar, a sedimentação e legitimação do novo regime. Nesse sentido, o impresso didático foi visto como difusor dos ideais republicanos, inculcando hábitos e comportamentos necessários ao intento governamental.

Como vimos, o ensino da Corografia sergipana, foi mencionado desde 1881, com a reforma proposta pelo presidente da Província, Inglês de Souza. Nunes argumentou que muito embora a citada reforma não tenha se estabelecido, não se pode esquecer o seu caráter inovador, posto que apresentava o estudo da "[...] Corografia da Província de Sergipe onde eram focalizados os aspectos geográficos, permitindo aos alunos melhor conhecer a sua terra." (NUNES, 1984, p. 151).

O ensino da Corografia sergipana, só foi citado novamente no programa para as escolas públicas, do sexo masculino, com a promulgação do Decreto nº 231, de 9 de julho de 1897⁷, que reformou mais uma vez a

instrução pública. Como se pode verificar as escolas públicas de primeiro e segundo graus não contemplaram a Geografia:

O ensino das escolas publicas de 1º grau compreenderá: Leitura corrente, escripta e caligraphia; Contar e calcular sobre números inteiros; Noções de educação cívica; Licções de coisas. O ensino das escolas de 2º grau compreenderá: Grammatica portugueza e exercicios praticos sobre a língua; Arithmetica, inclusive systema métrico; Desenho linear. (DECRETO Nº 231, DE 9 DE JULHO DE 1897, 1900, p. 227).

Somente as escolas do sexo masculino que foram contempladas com as Noções de “Geographia geral e Cosmographia, Chorographia do Brazil e especialmente de Sergipe”, além das outras disciplinas: “[...] leitura de Cathecismo, Moral Prática e educação civica applicada, Recitação da vida dos grandes homens, contos e poesias heroica que lancem no espirito dos meninos os primeiros germens de amor de patria e de gloria.” (DECRETO Nº 231, DE 9 DE JULHO DE 1897, 1900, p. 227).

As corografias foram os primeiros livros escolares que reuniram os múltiplos aspectos da vida sergipana de forma didática. A partir de 1897 – ano em que foi publicada a primeira – até 1921 – ano em que foi escrita a última – foram encontrados seis trabalhos dessa natureza: *Chorographia do Estado de Sergipe* (1897), de Luiz Carlos da Silva Lisboa; *Quadro Chorographico de Sergipe* (1898), de Laudelino de Oliveira Freire; *Meu Sergipe: ensino da História e Chorographia de Sergipe* (1916), de Elias do Rosário Montalvão, e do mesmo autor *História e Chorographia de Maroim* (1921); *Chorographia do município de Lagarto*, do professor Eutychio de Novaes Lins e o *Dicionário Chorographico de Sergipe*, de Manoel dos Passos Oliveira Telles. Estes dois últimos não foram encontrados nos acervos pesquisados. Desses livros o único que mencionou que era para ser utilizado nas escolas primárias foi o de Elias do Rosário Montalvão *Meu Sergipe: ensino da História e chorographia de Sergipe* (1916). Os demais mencionaram que era para o uso das escolas públicas sergipanas. Acredito que todos foram utilizados por esse nível de ensino, pois como vimos os programas estabelecidos anunciavam a necessidade do ensino de tal disciplina para o ensino primário. Diante de tal constatação qual seria a publicação que

atenderia tal necessidade, senão aqueles livros de corografias anteriormente mencionados?

Depois da última Corografia Sergipana (1921), emergiu um longo período, nomeado de “Tempo de ausência ou de presença?” que vai de (1922-1966). Esse tempo foi examinado em dois momentos diferenciados: de 1922 a 1938, quando a Geografia de Sergipe ganhou relevo no currículo da escola primária e o de 1938 a 1965 e a Geografia começou a se estabelecer como disciplina autônoma, desvinculada totalmente da História.

Período de 1922 a 1938

Os livros didáticos e o método de ensino adotados nas escolas sergipanas na década de 1920 foram anunciados no Álbum de Sergipe (1920), de Clodomir Silva: “[...] o método é o intuitivo, posto em prática desde o anno de 1911. São os livros adotados pelo Conselho Superior da Instrução: Meu Sergipe⁸ do Sr. Elias Montalvão.” (SILVA, 1920, p. 93).

Em 1924⁹, um novo regulamento para a Instrução Pública, estruturou “[...] globalmente, a educação sergipana, definindo-a desde as escolas maternas e os jardins de infância ao ensino profissional e secundário, inclusive as instituições particulares.” (NUNES, 1984, p. 246). O objetivo do ensino público primário visava “[...] promover o desenvolvimento das faculdades moraes e intellectuaes da criança, cultivar-lhe a vontade livre, preparar-lhe um physico sadio e assegurar-lhe os conhecimentos uteis à vida.” (DECRETO Nº 867, DE 11 DE MARÇO DE 1924, 1924, p. 5).

Nesse novo propósito, a Corografia do Brasil e de Sergipe (generalidades), a Corografia de Sergipe e Noções de Geografia Geral fizeram parte do conjunto de disciplinas definidas para o ensino primário em seus dois níveis: elementar e superior, respectivamente.

Chegando aos anos trinta, a Geografia e História Pátria foram ensinadas aos alunos das escolas primárias sergipanas. O novo regulamento¹⁰ estabeleceu princípios para a sua execução, os quais deveriam ser obedecidos pelas professoras primárias. As lições de Geografia, História e Desenho deveriam acompanhar os passos do programa e a Cartografia era parte do Desenho. O livro didático foi um instrumento de consultas para as classes

mais adiantadas, podendo ser utilizado depois de explicadas e demonstradas as lições.

Em 1938, houve uma reestruturação do programa anterior e o ensino da Geografia local ganhou relevo no curso primário. Esse conteúdo foi ministrado em dois anos e meio e o ensino da Geografia Geral e do Brasil em um ano e meio. Além dos conteúdos definidos para cada ano, o programa orientou o trabalho docente, para que o ensino da Geografia não se reduzisse à "verbalismos nem à decoração". Sendo a Geografia uma ciência natural, o seu ensino deveria estimular a observação direta ou indireta e enfatizar o elemento humano. No primeiro ano, o ensino priorizou a Geografia local como ponto de partida para a compreensão das condições de vida humana:

A primeira fase deste estudo é a geografia local, este é o seu ponto de partida, utilíssimo e educativo, como fator do espírito de observação. Não se deve esquecer que o que mais interessa é o elemento humano. Os acidentes têm mais importância, quando relacionados com as condições de vida humana. Os meios de comunicação, a indústria, o comércio, os graus de civilização, curiosidades regionais, devem sobretudo ser postos em evidência. (PORTARIA Nº 01, DE 13 DE JANEIRO DE 1938, 1938, p. 180).

No segundo ano, o ensino da Geografia versou sobre as diversas denominações dadas às terras, águas e acidentes geográficos conhecidos. Para que os alunos aprendessem os sinais da cartografia, estudou-se a representação da sala de aula, da planta da escola, observando-se sempre a iluminação da sala e a escola em relação ao sol, pontos cardeais, orientação pelo nascer e pôr do sol e orientação à noite pelo Cruzeiro do Sul. A compreensão desses elementos proporcionou o desenvolvimento da noção de orientação e de representação espacial, de forma a preparar o aluno para o estudo:

[...] da planta da cidade (onde houver) em que se acha a escola. Posição dos arrabaldes. Traçado do mapa de Sergipe, limitado ao desenho de sua configuração perimétrica. Seus limites. Localização da capital, e da localidade em que se acha a escola. Explicação de viagens, feitas pelos alunos, referindo-se às cidades que conhecem e às vias de comunicação que há entre

elas e que as ligam à capital. Descrição das belezas naturais do Estado. (PORTARIA Nº 01, DE 13 DE JANEIRO DE 1938, 1938, p. 180).

No início do terceiro ano primário o ensino da Geografia enfatizou o

Município da escola, bairros, distritos, estradas. Acidentes geográficos locais: edificações, comércio, trânsito, meios de transporte. Produtos naturais, mercadorias, relações comerciais com a capital e com os municípios limítrofes. Serviços públicos da cidade: correio, telégrafo, água, luz etc. O Estado de Sergipe: limites, aspecto físico e clima. Estudo do mapa. Traçado da costa do Estado, localizando o município da escola. População. Trabalho humano: núcleos de população; agricultura, pesca, indústria e comércio. Meios de comunicação. Comércio interior e exterior, produtos que recebemos e que exportamos. O litoral: portos, ilhas, faróis. Traçado da linha da costa. Estações balneárias. Organização administrativa do Estado, os municípios e as comarcas. Montanhas e rios. Cidades mais importantes. (PORTARIA Nº 01, DE 13 DE JANEIRO DE 1938, 1938, p. 180).

Ao final do terceiro ano estudou-se o Brasil, seguido da Geografia Geral. No quarto ano, deu-se continuidade ao estudo da Geografia Geral, seguido da Geografia do Brasil e finalizando com o estudo dos países e capitais das Américas, Ásia, África e Europa.

Esses ajustes refletem as mudanças nas finalidades da disciplina escolar, que acontecem para atender a um público escolar diferenciado, tendo em vista as necessidades sociais e culturais de uma época.

Período de 1938 a 1965

A importância da Geografia e a ênfase no estudo do território brasileiro são aspectos analisados por Baía Horta, que fez uma leitura da educação no período de 1930 a 1945, mostrando as finalidades do ensino naquele momento, a partir de um conjunto de práticas exercidas pela escola. No programa de Reconstrução Nacional do Governo Vargas, a educação passou a ser um problema de segurança nacional e o objetivo do ensino nesse momento era formar o cidadão para a pátria.



Nesse programa, a Geografia e a História, por serem portadoras de um discurso que atendia aos interesses do momento, discurso esse que enaltecia os aspectos físicos, as riquezas os valores morais do país, foram de fundamental importância para desenvolver o sentimento patriótico no projeto de Educação do novo governo: “[...] para a formação da consciência patriótica seriam utilizados de modo especial os estudos de História do Brasil e Geografia do Brasil [...]” (HORTA, 1981, p. 181). No caso específico da Geografia do Brasil o seu valor “[...] para a educação cívica dos alunos foi defendido por Delgado de Carvalho, membro da Comissão Nacional do Livro Didático e autor de um manual de Geografia largamente utilizado na época.” (HORTA, 1994, p. 181). As orientações propostas para o estudo/ensino dessa disciplina enfatizavam:

O estudo do Brasil-território e do Brasil-povo é a base científica de todos os demais estudos sobre a nacionalidade. [...] [Este estudo] leva a estabelecer as bases científicas de uma educação cívica esclarecida e robusta, e não apenas ingênua, superficial, ‘ufanista’ e cega. (CARVALHO apud HORTA, 1994, p. 182).

178

Conforme Baía Horta (1994), os valores nacionalistas e patrióticos deveriam ser transmitidos às crianças desde a tenra idade e os livros didáticos produzidos nesse período foram portadores dessa ideologia, levando aos escolares a idéia de amar a pátria acima de tudo, de não criticar o seu povo, ser temente a Deus e ainda ser cumpridor dos seus deveres. A efetivação desse discurso requereu mecanismos de controle que estabeleceram as condições de produção, importação e a utilização dos livros didáticos, de forma que os impressos produzidos sem a autorização prévia do Ministério da Educação não poderiam ser adotados nas escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias de toda a República. Mesmo os editados pelos poderes públicos não estiveram isentos daquela autorização.

Segundo Andrade, os anos 30 foram importantes para a Geografia, porque nesse período estruturou-se e tornou-se autônomo o estudo da Geografia brasileira. Entretanto, no primeiro período do Estado Novo, “[...] procurou-se despolitizar a geografia, fazendo com que a citada disciplina se tornasse uma análise de descrições de paisagens, diminuindo a influência dos geopolíticos e do próprio Delgado de Carvalho [...]” (ANDRADE, 2001, p. 11). Segundo o autor, esse período permitiu ainda o desenvolvimento do trabalho

de campo e o conhecimento de várias áreas do país por meio de pesquisas feitas nas assembléias gerais da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), de artigos publicados na Revista de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de teses de doutorado e de livre-docência defendidas na Universidade de São Paulo (USP). Permitiu também, a criação das faculdades de Letras e Educação, quando o ministro Francisco Campos, com o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, modificou a estrutura do ensino superior brasileiro introduzindo o sistema universitário.

Através desse Decreto foram criadas as faculdades de Educação, Ciências e Letras, espaço acadêmico que passou a abrigar, dentre outros cursos, o de Geografia. As duas primeiras instituições organizadas sob as novas regras foram a Universidade de São Paulo (1934) e a Universidade do Distrito Federal, absorvida em 1938 pela Universidade do Brasil, atual UFRJ. (ROCHA, 2000, p. 132).

Nessas instituições o curso de História e Geografia – graduação única – integrou a lista de cursos recém-criados, sendo a maioria dos professores contratados da Europa. “A contribuição desses novos cursos seria inquestionável em se tratando da difusão de uma ciência geográfica de orientação moderna, tanto no campo da pesquisa aplicada quanto para o ensino secundário de Geografia.” (ROCHA, 2000, p. 132).

Em Sergipe, os livros didáticos responsáveis pela difusão dos conhecimentos geográficos abordaram a Geografia do Brasil e Geral e foram produzidos em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Nos acervos pesquisados encontraram-se alguns deles, que provavelmente deram suporte às práticas escolares a partir dos anos trinta: a edição de 1932, da *Pequena Geographia da infância* (1914), do professor Joaquim Maria Lacerda, para uso das escolas primárias, e as *Lições de Geografia para o uso dos alunos do Colégio N. S. da Glória* (1933). Este livro não revelou a sua autoria. A *Geografia* (1937) para a primeira série, de Luiz Gonzaga Lenz, editada pela editora Saraiva & Cia. foi outra obra que certamente foi utilizada nas escolas sergipanas da época.

Dentre os livros acima citados, a *Pequena Geographia da infância* foi mencionada pelo Departamento de Educação de Sergipe que anunciou os livros didáticos para o ensino primário. Segundo aquele departamento “[...]”

eram de aquisição relativamente fácil e satisfazem em todos os pontos de vista." (O DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO APRESENTA..., 1943, p. 13). Ressaltou ainda, que alguns livros de uso tradicional foram conservados e,

[...] podem ser utilizados com proveito, desde que o professor, não se afaste das boas normas pedagógicas: Texto Atlas de Geografia, de Delgado de Carvalho; Geografia Atlas, da Editora FTD; Pontos de Geografia e História, de Gaspar Freitas e a Pequena Geografia da Infância, de Joaquim Maria Lacerda. (O DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO APRESENTA..., 1943, p. 13).

180 Ao longo dos anos de 1940, a ausência de estudos de Geografia de Sergipe para o ensino primário foi alvo de crítica e de denúncia do professor José Cruz, que o analisou no período de 1943 a 1945. Esse autor defendeu a idéia de um ensino menos teórico e mais prático, voltado para as necessidades econômicas e sociais de cada região brasileira, em seus múltiplos aspectos. A efetivação dessa idéia exigia "[...] um programa distinto para cada região geográfica, ou seja, em cada unidade federada, [existiria] um programa para a sua capital, outro para as cidades do interior, sedes municipais, e outros para os povoados e distritos [...]." (CRUZ, 1947, p. 34).

A Geografia Regional seria a peça fundamental, porque possibilitaria ao aluno o desenvolvimento de uma habilitação sobre as atividades econômicas da região, para que pudesse ser um cidadão útil ao Brasil: "[...] o ensino da *geografia regional* (física e econômica), com a necessária orientação do Conselho Nacional de Geografia, teria um alcance surpreendente, caso tentasse incluí-la nos programas escolares.". O autor mostrou e criticou a forma pela qual a disciplina Geografia foi ministrada nas nossas escolas primárias: "Alunos há que sabem onde fica a China, mas desconhecem os topônimos e a importância econômica das cidades do seu Estado natal!" (CRUZ, 1947, p. 37).

Essa afirmação confirma o entendimento de que nas nossas escolas não se ensinava a Geografia local, mas é importante destacar que nos anos de 1940 vigoraram nas escolas sergipanas os programas publicados com a Portaria de 13 de janeiro de 1938¹¹, em que o estudo da Geografia local foi priorizado. Talvez a crítica do professor Cruz deva-se ao fato de, por um lado, o ensino da referida disciplina não ter evidenciado o enfoque por ele

assinalado, de ressaltar as potencialidades locais e de desenvolver habilidades de trabalho para a conquista da cidadania. Por outro lado, tal afirmação revelaria também um distanciamento entre a intencionalidade das normas, o preparo pedagógico e a prática dos professores. Ainda pode-se acrescentar a falta de livros didáticos atualizados, referentes à Sergipe, que pudessem subsidiar as atividades docentes.

Ao final dos anos de 1950 *A Educação em Sergipe* (1958)¹² foi objeto de estudo do professor Nunes Mendonça, que criticou o ensino da Geografia. No tocante ao ensino primário, as matérias Geografia e História foram ensinadas apenas no curso primário elementar, muito embora o currículo estabelecido nacionalmente pelo Decreto-Lei nº 8.529¹³ tivesse determinado que o ensino primário deveria ser ministrado em dois cursos sucessivos: o elementar e o complementar. Neste último, a Geografia Geral e a História do Brasil seriam trabalhadas em um nível de aprofundamento maior que no curso elementar.

Criticou, ainda, o professor, o fato de o currículo determinado por aquele Decreto não ser aplicado nas escolas primárias sergipanas, pois “[...] vigoram ainda, de fato, os programas oficiais estabelecidos pela Portaria nº 1, de 13 de janeiro de 1938.” (MENDONÇA, 1958, p. 135). Com essa afirmação o autor mostrou, o distanciamento existente entre o que a lei estabelecia e a realidade das escolas sergipanas e descreveu, referenciando-se às visitas *in loco*, como foram ensinadas a História e a Geografia nos colégios dos anos de 1950. No caso do ensino da História comentou que era “subministrado” e desvinculado da experiência da criança. Do mesmo modo que a História, a Geografia apresentou as suas deficiências, sendo o seu ensino distante da realidade do aluno:

O ensino da geografia, que, tendo como ponto de partida o meio onde vive a criança, se deveria proceder a ligação com o da história, de acordo com as fases da evolução infantil e com as técnicas mais convinháveis, é igualmente insatisfatório, sob o ponto de vista educativo. Constitui, tão somente, um martirizante decorar de acidentes geográficos e de nomes de cidades, destituído de qualquer sentido objetivo. (MENDONÇA, 1958, p. 128).



A rigor, o entendimento do professor Mendonça em relação às disciplinas mencionadas possibilitou-lhe a seguinte conclusão: "Poder-se-ia dizer, sem receio, que as tarefas de história e geografia são ineducativas e até deseducativas. Não fazem senão, usando as palavras de Rui Barbosa, 'oprimir, cansar, e estupidificar a infância, em vez de esclarecê-la e educá-la'." (MENDONÇA, 1958, p. 128).

Como se pode verificar, no âmbito da escola primária, o Decreto-Lei nº 1058 de 31/09/1946 vigorou oficialmente. Nos documentos pesquisados não se conseguiu observar indícios de mudanças no programa do ensino primário, vigorando o de 1938, como se afirmou anteriormente, fato que não possibilita a discordância do que foi registrado pelo professor Nunes Mendonça.

A Geografia e a História estiveram presentes nos cursos da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FAFI), criada em 25 de março de 1951, por iniciativa da Arquidiocese de Aracaju. Além daqueles cursos, a faculdade se estabeleceu inicialmente com os cursos de Filosofia, Letras e Matemática. "[...] os Cursos Superiores de Licenciatura em Geografia e História eram ofertados conjuntamente, em regime seriado, com duração média de (04) quatro anos e carga horária total de 2.700 horas [...]." (OLIVA, 1999, p. 293).

Os docentes que atuaram no ano de 1951 pertenciam a diversos campos do saber, a exemplo de Gonçalo Rollemberg Leite (Ciências Jurídicas), Petru Stefan (Engenharia), José Bonifácio Fortes Neto (Ciências Jurídicas), Lucilo da Costa Pinto (Medicina), Felte Bezerra (Odontologia), Maria Nunes (Geografia e História), Cleonice Xavier Oliveira e Armando Rollemberg (Ciências Jurídicas), entre outros. A primeira turma de concludentes do curso de Geografia e História, em 1954, teve quatro alunas: Dantas Sampaio, Josefina Leite Sampaio, Gildete Santos Lisboa e Magnória de Nazareth Magno. A partir de 1958, o quadro de professores da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FAFI) integrou, no seu quadro docente, a ex-aluna do curso de Geografia e História, a professora Josefina Leite Sampaio.

A criação dessa Faculdade representou um marco na história da disciplina Geografia porque foi a partir desse momento que se começou a formar profissionais especializados para o ensino da História e Geografia, pois como vimos os primeiros professores da citada Faculdade pertenciam a diversas áreas do saber. Essa realidade se impôs desde o período Imperial,

onde os professores ensinavam qualquer disciplina e se perpetuou até o século XX.

É oportuno lembrar que a Lei 4024/61 embasou as práticas educativas dos anos de 1960, estabelecendo as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Entretanto, não se verificou nenhuma alteração nos programas estabelecidos. No tocante ao ensino da Geografia, as observações do professor Silvério Fontes mostram que em 1963, nas nossas escolas primárias, não se ensinava a Geografia de Sergipe e sim a Geografia Geral e do Brasil. De acordo com Fontes:

[...] em nossas escolas primárias, se estudava, embora por procedimentos verbalísticos, a Geografia Geral e do Brasil, porém não a de Sergipe. Igualmente acontecia o mesmo com a história. Chamo a atenção do leitor que, se escrevo os verbos no pretérito, também posso escrever no presente. A parte do Brasil que nós constituímos é Sergipe. Pela mediação da ambiência sergipana, somos brasileiros. Daí a importância de estudar-se o nosso Estado. (FONTES, 1969, p. 10).

Essa afirmação do professor Silvério aponta para uma questão importante nesta pesquisa, pois até os anos de 1960 não se encontraram evidências acerca de mudanças nos programas do ensino primário. Sendo assim, deduz-se que as escolas primárias sergipanas continuavam regidas pelos programas de 1938, que, como foi afirmado anteriormente, contemplou os ensinamentos da História e da Geografia. Esta última foi aplicada da seguinte maneira: para os alunos do primeiro, segundo e metade do terceiro anos, a Geografia de Sergipe; para os alunos do terceiro e do quarto anos, a Geografia do Brasil e a Geografia Geral. Talvez a afirmação do professor Silvério justifique-se pelo fato dos livros didáticos portadores dos conteúdos sobre a Geografia de Sergipe estarem, nesse momento, completamente desatualizados, desestimulando o ensino daquele conteúdo, causando um descompasso entre o que a norma estabelecia e o que acontecia no dia-a-dia das escolas.

Zózimo Lima (1967), ao comentar no Jornal *A Gazeta*, sobre a publicação dos livros de História de Sergipe e de Geografia de Sergipe do professor Acrísio mencionou que, até então, não se tinha nenhuma publicação didática que tratasse do conteúdo de Sergipe, sendo utilizados ainda, os

compêndios de Felisbello Freire, Laudelino Freire, Luis Carlos da Silva Lisboa e Elias Montalvão. Como vimos os livros didáticos do século XIX orientaram o trabalho docente dos professores do século XX, na década de 1960.

Em 1963¹⁴, o curso de Geografia e História da FAFI foi desmembrado e cada um passou a ter seus respectivos departamentos, com currículos distintos. Em 1967, formou-se a primeira turma do curso de Geografia, constituindo-se, dessa forma, o primeiro grupo de profissionais com formação específica, desvinculada da História. Estava assim formado o campo específico da Geografia em Sergipe. Muitos desses profissionais integraram o quadro de professores do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Esse é outro fato marcante para a história do ensino da Geografia por que finalmente aquela disciplina foi desvinculada da História, adquirindo autonomia e um discurso especializado.

Mas até esse momento continuamos sem o livro didático de Geografia de Sergipe para o ensino primário, que respondesse às exigências dos anos de 1960. Somente em 1966, o professor Acrísio Torres Araújo¹⁵ produziu a Geografia de Sergipe e em 1967 a professora Josefina Leite Campos produziu uma outra Geografia de Sergipe.

O professor Acrísio iniciou sua atuação no mercado editorial, no segmento dos didáticos, em 1966, com a sua *Pequena História de Sergipe* (1966). A publicação dessa obra decorreu dos contatos que o autor conseguiu mobilizar no começo da sua carreira profissional em Sergipe. Na entrevista ressaltou o apoio do jornalista Antonio Francisco de Jesus, que assinava sob o pseudônimo de A. F. de Jesus, do Jornal *A Cruzada*, que o ajudou muito, divulgando o seu livro na imprensa sergipana.

Antes de seu lançamento, aquele jornalista escreveu diversas matérias sobre o livro, criando uma expectativa muito grande por parte dos leitores que passaram a telefonar e a escrever para a redação do jornal, querendo saber maiores informações sobre o livro anunciado. O seu lançamento foi comentado por diversos jornais sergipanos: *A Cruzada*, *Diário de Aracaju* e o *Diário Oficial do Estado de Sergipe*.

A publicação era simples, sem figuras, devido à falta de recursos financeiros do autor. Ele comentou durante a entrevista que até a capa, ele solicitou que o pintor J Inácio¹⁶ ilustrasse gratuitamente. Esse livro tornou-se um subsídio para o professor primário e um guia para o estudante de História

de Sergipe e ainda, abriu caminho para outras publicações didáticas do autor: a *Geografia de Sergipe* (1966), *Aracaju Minha Capital* e a *História de Sergipe* (1967), *Dramatizações na Escola* (1968), *Geografia de Sergipe* (1969). A sua principal preocupação com essas publicações era sistematizar os conteúdos para o ensino, oferecendo às crianças e aos professores sergipanos o conhecimento de sua terra.

Os jornais da época registraram o sucesso editorial dos compêndios didáticos do professor Acrísio Araújo e no caso da *Geografia*, destaca-se que foi o segundo livro desse autor, entretanto foi o primeiro livro, após uma ausência de 44 anos sem nenhuma publicação dessa natureza, para o ensino primário. O autor comentou, na entrevista: “[...] todos os jornais, os de Aracaju, e os do interior, Estância, sobretudo, Propriá etc., noticiaram a publicação de meus livrinhos para o primário.”. Pois até aquele momento “[...] nenhum livro de *Geografia de Sergipe* era utilizado nas escolas; a minha *Geografia de Sergipe* passou a ser utilizada por alunos e, em geral, por professores.” (ARAÚJO, 2003).

Essa *Geografia* teve uma grande repercussão na imprensa do Estado. Os jornais da época denunciavam que o nosso professorado limitava-se a dar lições de *Geografia* com livros desatualizados. “Já não servem, também, por sucessivas alterações nos quadros político, econômicos e sociais, os compêndios de Silva Lisboa e Elias Montalvão.” (LIMA, 1969, p. 2).

A *Geografia de Sergipe*, do professor Acrísio, ficou pronta no final de 1966, e nesse mesmo ano o autor a submeteu à apreciação do Conselho Estadual de Educação. Zózimo Lima (1967, p. 6), através do *Jornal A Cruzada* noticiou essa passagem, além de mencionar a falta de um livro dessa natureza em nossas escolas.

O professor Acrísio Araújo se pronunciou sobre a tramitação do seu livro no Conselho dizendo:

O Conselho Estadual de Educação recebeu bem, com amável surpresa, a minha iniciativa de submeter à apreciação de seus conselheiros, os meus livrinhos *Geografia de Sergipe* e *História de Sergipe*, 3º ano primário. No encaminhamento, pedi sugestões, mas o CEE se limitou a elogios estimulantes à minha pessoa, ao meu trabalho. (ARAÚJO, 2003).



Consultando o livro de Atas do Conselho Estadual de Educação, a Geografia de Sergipe do professor Acrísio foi um dos pontos de pauta de reunião realizada no dia 19 de outubro de 1966. Na ocasião “[...] foram lidos ofícios do professor, encaminhando os seus originais de ‘História e Geografia de Sergipe’, de sua autoria.” (SESSÃO PLENÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO..., 1966, p. 60-63).

A tramitação do pedido de apreciação da obra, na citada instituição, desencadeou uma ampla discussão em torno do conteúdo proposto pelo novo livro, refletindo uma grande disputa no campo intelectual, fato perfeitamente compreensível se considerarmos que “[...] o meio intelectual constitui, ao menos para seu núcleo central, um “[...] pequeno mundo estreito, onde os laços se atam, por exemplo, em torno da redação de uma revista ou do conselho editorial de uma editora.” (SIRINELLI, 1996, p. 248) e se considerarmos ainda que, para os intelectuais sergipanos, Acrísio Tôrres era um recém-chegado a Aracaju que ensinava em escolas particulares.

Na reunião do dia 16 de novembro de 1966, O diretor da FAFI solicitou à conselheira Neyde Mesquita que lesse o seu parecer sobre os livros de História e Geografia de Sergipe elaborado pelo professor Acrísio:

[...] o trabalho deveria receber um voto de louvor pelo seu esforço, mas, que achava o trabalho incompleto e opinava pela sua ampliação e aperfeiçoamento. O conselheiro Luciano Duarte sugeriu que o Conselho não oficializasse nem este, nem outro livro didático. Esta foi a conclusão chegada após vários debates. (SESSÃO PLENÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO..., 1966, p. 71-74).

Na reunião de 21 de dezembro de 1966, a obra obteve o aval do Conselho Estadual de Educação, em 1966, para circular nas escolas públicas primárias do Estado de Sergipe. O parecer de aprovação ressaltou a importância desse livro para os professores e para os estudantes da época.

A *Geografia de Sergipe* (1966), do professor Acrísio tratou de forma sucinta e descritiva os rios, tipos climáticos, relevo, ilhas e ainda abordou o conteúdo de natureza histórica. Nos acervos pesquisados e com antigos professores da matéria encontrou-se até a nona edição da referida obra.

Como foi citado na entrevista, somente em 1968 Acrísio firmou contrato com a Editora do Brasil, contrato que durou dez anos. A partir da

terceira edição, a obra foi produzida pela Editora do Brasil em São Paulo. A mudança de editora alterou não somente a capa do livro, mas toda a sua materialidade. Conforme o autor, terminado o contrato com a Editora do Brasil em 1978, o candidato ao governo de Sergipe, senador Augusto Franco, por sugestão de Acrísio editou na gráfica do senado a *Geografia de Sergipe e a História de Sergipe*, para o 3º ano primário.

Logo após a publicação do professor Acrísio, a professora Josefina Leite Campos¹⁷, em 1967, lançou a sua *Geografia de Sergipe*. Originária de uma família tradicional, a professora viveu a sua infância num ambiente de letrados, políticos e coronéis. A condição social de seus familiares lhe propiciou uma educação esmerada, comum a uma jovem pertencente à classe dominante, possibilitando os seus estudos nos melhores colégios da época: o curso fundamental foi feito no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, em Aracaju, e o curso ginásial no Colégio Nossa Senhora das Mercês, em Salvador. Iniciou o secundário em 1944, na Escola Técnica de Comércio Feminino da Bahia, onde ficou até o final da segunda série do curso de Contabilidade em 1945, quando pediu transferência para Aracaju, terminando o seu curso na escola Técnica de Comércio de Sergipe, em dezembro de 1946.

Antes de concluir o curso superior, em 1952, Josefina foi indicada pelo diretor da FAFI, Padre Luciano Cabral Duarte¹⁸, juntamente com outras alunas da faculdade, para lecionar nos ginásios de Aracaju. Em 17 de março de 1955 recebeu o grau de licenciada em Geografia e História pela FAFI.

Em 13 de fevereiro de 1960 o professor Felte Bezerra comunicou oficialmente ao Conselho Técnico Administrativo da FAFI o seu afastamento definitivo de Aracaju, deixando vagas duas cadeiras que ocupava no curso de Geografia e História: Antropologia e Etnografia. Ainda nessa reunião, o diretor daquela Faculdade, padre Luciano Duarte, sugeriu aos presentes os nomes do Dr. Nestor Piva e o da professora Josefina Campos, para ocuparem, respectivamente, as cadeiras de Antropologia e Etnografia. A referida sugestão foi acatada e a citada professora passou a integrar o corpo docente da faculdade, ensinando Etnologia do Brasil e Antropologia Cultural. Compreende-se essa situação não somente pela rede de relações estabelecidas em torno da família de Josefina, mas também pelo fato de ela ser aluna exemplar, fruto de um amplo investimento em capital cultural. Nesse particular, Miceli argumenta que "[...] a cooptação das novas categorias de

intelectuais continua dependente do capital de relações sociais, mas passa cada vez mais a sofrer a mediação trunfos escolares e culturais, cujo peso é tanto maior quanto mais se acentua a concorrência no interior do campo intelectual." (MICELE, 2001, p. 79).

Até 1968, ainda encontraram-se, nas cadernetas da FAFI os registros de sua atuação como professora da faculdade, ensinando, além das disciplinas já citadas a Prática de Ensino de História e Geografia. Admitindo os efeitos provocados pela doença, Josefina Campos foi obrigada a se afastar do magistério: "[...] a doença foi se manifestando aos poucos. Afetou a fala, aí ela parou de ensinar." (ANDRADE, 2003). Entretanto, a doença não impediu sua atividade intelectual; continuou produzindo mesmo em cadeira de rodas e, com a fala pouco compreensível, ditou para a amiga Wanda Andrade a sua *Geografia de Sergipe*, para o curso primário, pois somente ela conseguia compreendê-la.

A idéia de escrever o livro didático *Geografia de Sergipe* não partiu especificamente da autora e sim do Secretário da Educação, à época, Dr. Luiz Rabelo Leite, que em 1963, ao fazer uma avaliação do ensino no Estado, detectou que o conteúdo referente a Sergipe não era ensinado em nossas escolas e reconheceu a importância de estudar os aspectos geográficos de Sergipe. Solicitou a elaboração de uma Geografia, destinada aos alunos das últimas séries do curso primário. Para a realização desse intento, Luiz Rabelo Leite dirigiu-se a dois professores da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe: Josefina Leite Campos e a Fernando Figueiredo Porto.

O referido livro saiu em 1967, e muito embora não revele a sua co-autoria, é importante mencionar que o nome do professor Fernando Porto apareceu como autor, ou colaborador, nas representações que os jornais sergipanos construíram naquele momento, acerca da referida obra: "[...] 'Geografia de Sergipe' é uma obra de parceria entre dois intelectuais da maior projeção do nosso Estado: Professora Josefina e Prof. Fernando Pôrto. Ambos lecionam na Faculdade de Filosofia de Sergipe." (LIMA, 1967, p. 6). Esse livro teve uma grande repercussão na imprensa local e no Conselho Estadual de Educação, que lhe teceu vários elogios, por ser uma obra de alto nível para o ensino primário.

O conteúdo da *Geografia de Sergipe* aparece de forma sistematizada em onze tópicos: situação geográfica, relevo, clima e vegetação, rios,

regiões socioeconômicas, vida econômica, produção industrial, organização política, vias e meios de comunicação, comércio, população, cidades, cultura e educação.

Em relação à maneira de ensinar, Josefina Campos detalhou, de acordo com Jesus (1967, p. 2) “A geografia tem sido ensinada através da memorização de uma infinidade de acidentes geográficos, tornando-se um verdadeiro pesadelo, tanto para a criança como para o adolescente.”

Segundo a professora, os conteúdos ensinados eram distantes da realidade dos alunos e devido a esse fato, estudar Geografia causava tanto desinteresse aos discentes. Josefina Campos continuou mostrando como a Geografia deveria ser ensinada, sem perder de vista o seu propósito: “[...] desenvolver no aluno o entendimento de que os fenômenos geográficos são produtos de um processo de evolução que nunca pára, que assim ensinada a Geografia poderá contribuir para a formação dos nossos jovens.” (JESUS, 1967, p. 2-6).

A publicação de Josefina Campos foi divisor de águas na história do ensino da disciplina, pois a partir da sua produção foram “[...] lançadas as bases para que o currículo escolar em Sergipe perca o caráter abstrato, vazio, que aliena o homem sergipano do seu próprio ser.” (FONTES, 1969, p. 9-11). A nova proposta de conteúdo foi anunciada como sendo de renovação do ensino da matéria, e conforme a professora, era urgente modificar, a forma através da qual essa disciplina era ministrada nas escolas que deixava o aluno “[...] com a impressão de que o mundo é estático, formado de elementos independentes um dos outros.” (JESUS, 1967, p. 2-6).

O impresso didático da professora Josefina Leite Campos apresentou um conteúdo em que se destacava que os fenômenos geográficos não são estáticos e que os rios, relevo, clima, vegetação têm importância para a vida do homem. Assim, rompeu com o modelo tradicional de ensino – baseado na descrição dos fenômenos geográficos – e propôs uma modificação de comportamento numa época em que o ensino da disciplina era dissociado da realidade do aluno. Sugeriu aos professores que o ensino da matéria deveria partir do geral para o particular, mostrando aos alunos que os fenômenos geográficos estão inter-relacionados, sendo fruto de um processo de evolução que nunca cessa.



Nessa análise, os livros didáticos de Geografia de Sergipe, dos professores Acrísio e Josefina, produzidos nos anos de 1966 e 1967 respectivamente, mostraram a sua materialidade, evidenciada através do aspecto físico do livro, formato, disposição do texto na página, impressão, encadernação, aspectos lingüísticos e tipográficos. Os dois livros possuem textos pequenos, linguagem clara e direcionada para o aluno. Contudo, vale destacar que a singularidade de cada obra está presente não somente nas condições de produção, mas também na intenção do autor e na proposição do conteúdo.

Os livros da professora Josefina Leite Campos e o do professor Acrísio Tôres Araújo foram muito comentados na imprensa sergipana. O primeiro não suscitou disputa intelectual, porque a professora Josefina já era considerada uma intelectual renomada, professora da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, enquanto o do professor Acrísio foi alvo de críticas porque segundo os intelectuais da época, aquele autor passou a viver nas terras sergipanas em 1963, deveria, na opinião dos seus oponentes, pouco conhecer o nosso Estado para se aventurar na escrita da nossa Geografia.

190 Essas duas obras foram importantes para a época, considerando que os mesmos apresentaram uma sistematização do conteúdo da *Geografia de Sergipe* para os alunos e professores do ensino primário e ainda mostraram que esse momento foi de grande importância para a Geografia nacional, não só sergipana, que ensinou, através dos livros a ideologia nacionalista patriótica para as crianças da escola primária.

É interessante notar que de 1897, ano em que se produziu o primeiro livro didático de conteúdo geográfico, a 1967, ano de publicação do último livro estudado, as mudanças operadas nos livros didáticos de Geografia de Sergipe foram carregadas de sentidos que caracterizaram cada momento, momentos marcados inclusive por disputas no campo intelectual, desde o início da República. Nos anos de 1960, essa disputa continuou, quando foi publicada a Geografia de Sergipe, do professor Acrísio que, depois de quarenta e quatro anos sem uma publicação didática para o ensino primário sistematizou o conteúdo da disciplina Geografia.

Sendo assim, conclui-se que o livro didático de Geografia de Sergipe utilizado pela escola sergipana inculcou, portanto, hábitos e comportamentos próprios de um momento na sociedade. Por terem sido, em suas épocas,



veiculadores de novos padrões estabelecidos socialmente, precisaram mudar, porque as formas de vida estabelecidas ao longo do tempo mudaram.

Desse modo, revelaram a partir do Período Imperial, até os anos de 1967, o caminho percorrido pela disciplina Geografia.

Notas

- 1 Artigo elaborado a partir da Dissertação de Mestrado defendida em 2004 e intitulada *A Geografia e os seus livros didáticos sobre Sergipe: do século XIX ao século XX*, orientada pelo prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento.
- 2 Manoel Luiz de Azevedo Araujo, presidente da Assembleia Legislativa Provincial, ao estabelecer a Resolução de 20 de abril de 1875, diz em seu artigo 1º diz que ficam em vigor, para reger a Instrução Pública da Província, o Regulamento nº 24, de 24 de outubro de 1870, com as alterações constantes da Resolução que aprovara, revogando os regulamentos de 03 de outubro de 1874 o de 23 de novembro do mesmo ano e o de 12 de janeiro daquele ano de 1875.
- 3 Esta Reforma, concretizou-se através da Resolução Provincial nº 1045, de 02 de maio de 1876, na presidência do senhor João Pereira de Araújo Pinho. (FONTES, 1877).
- 4 Não é possível precisar a data do referido manual, porque o mesmo já apresenta as marcas do tempo. Foi corroído pelas traças que destruíram o papel no espaço onde está impresso o último dígito.
- 5 Materialmente é um objeto de pequeno formato 15,5 cm por 10,5 cm, letras serifadas, tendo a capa de papelão, um pouco maior que o tamanho do livro, perfurada na extremidade central, onde passava um cordão, até a contra-capas, fechando-se com um laço, permanecendo intactas as folhas.
- 6 O seu conteúdo é dividido em quinze partes e envolve: 1- Posição astronômica, 2- A costa, 3- Ilhas, 4- Aspecto físico, 5- Estrutura geológica e minerais, 6- Características gerais das vertentes e bacias fluviais, 7- A bacia do Amazonas, 8- As bacias orientais, 9- A bacia do Prata, 10- Temperatura, 11- Salubridade, 12- A flora, 13- A fauna, 14- A população 15- Os índios. Foi uma importante contribuição para o estudo da Geografia Brasileira. A obra, "escrita em alemão estava fadada, pelas dificuldades da língua tão pouco conhecida entre nós, a não exercer nenhuma influência se não fosse posto em linguagem graças aos beneméritos J. Capistrano de Abreu e A. do Vale Cabral".
- 7 (DECRETO Nº 231, DE 9 DE JULHO DE 1897, 1900, p. 227).
- 8 MONTALVÃO, Elias. *Meu Sergipe: ensino da História e Chorographia de Sergipe* (1916).
- 9 "O ensino primario elementar, que será ministrado em tres annos, constará do seguinte: Leitura, Escripção e Calligraphia, Arithmetica, comprehendidas as quatro operações fundamentaes e o sistema metrico decimal, Chorographia do Brasil e de Sergipe (generalidades), noções de historia do Brasil e de Sergipe. O ensino primario superior, tambem de tres annos, comprehenderá: Grammatica portugueza; Arithmetica elementar; Chorographia de Sergipe; Historia do Brasil; Noções de Geographia geral; Noções de Historia Universal; Elementos de sciencias naturaes; Noções de desenho e musica." (DECRETO Nº 867, DE 11 DE MARÇO DE 1924, 1924).

- 10 [DECRETO Nº 25, DE 3 DE FEVEREIRO DE 1931, 1937].
- 11 O Diretor do Departamento de Educação determina que sejam observados os programas publicados com a Portaria nº 01 de 13 de janeiro de 1938.
- 12 Nesse trabalho o autor analisou a educação em Sergipe, sob o olhar de Fernando de Azevedo. Referenciando-se neste autor, Nunes Mendonça defendeu a idéia de que o Estado não possuía um sistema de ensino e sim uma rede educacional de ensino. Pois um sistema educacional envolve uma pluralidade de organizações públicas e particulares. Muito embora o professor Nunes Mendonça tenha sido enfático em sua afirmação, mas em outro momento destacou a evolução do número de unidades escolares em Sergipe, de 1933, com o total de 433, até 1953 com 814 unidades de ensino de vários níveis: federal, estadual, municipal e particular. (MENDONÇA, 1958).
- 13 O Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946 – Lei Orgânica do ensino primário, definiu as bases de organização do ensino primário em dois níveis: o elementar, que incluiu a Geografia e a História, e o complementar, que incluiu, além da Geografia e História que seriam dadas em um nível de aprofundamento maior que no primeiro curso, Noções de Geografia Geral e História da América. (NOBREGA, 1952).
- 14 OLIVA, Terezinha Alves de; SANTOS, Lenalda Santos. (1999).
- 15 Acrísio Tôres Araújo nasceu a 10 de abril de 1931, em Crateús (Ceará). Formou-se em Direito em 1955 e veio para Aracaju em outubro de 1963 e permaneceu até 1977, quando se mudou para Brasília, onde vive até os dias atuais. Lecionou em muitos colégios de Aracaju ao tempo em que escreveu diversos trabalhos. Atualmente, coordena o projeto: "Voltaire Vive", para a editora Martins Fontes, leciona a disciplina Oratória Forense na Universidade de Brasília (UNB) está revisando a sua coleção de livros didáticos de História de Sergipe e de Geografia de Sergipe, para o ensino primário e continua produzindo para o *Diário de Aracaju* e para a *Gazeta de Sergipe* quinzenalmente. (ARAÚJO, 2003).
- 16 Pintor sergipano, de renome internacional. Fez diversas exposições de seus trabalhos no Brasil e no exterior.
- 17 Filha do médico Sílvio César Leite e Guiomar Sampaio Leite, Campos nasceu no dia 6 de agosto de 1928, no engenho Canaã, situado no município de Riachuelo, localizado na parte central do Estado de Sergipe. Seus avós paternos, Coronel Francisco Rabello e Maria Rollemberg Leite, falecida, e os avós maternos José Martins Leite Sampaio e Geny Sampaio Leite foram grandes proprietários de terras e tiveram um passado político de prestígio no âmbito local e estadual. (INVENTÁRIO DE JOSEFINA LEITE CAMPOS, 1969).
- 18 FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE. Carta do diretor da FAFI, Pe. Luciano Cabral Duarte, para Adalberto Sena. (1952).

Referências

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil (1500 a 1889): história e legislação**. São Paulo: INEP/PUC, 1989.



ANDRADE, Manuel Correa de. Trajetória e compromissos da geografia brasileira. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org.). **A geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 9-33.

ANDRADE, Wanda Maria dos Santos. **Entrevista verbal**. Aracaju, 25 ago. 2003.

ARAÚJO, Acrísio Tôres. **Entrevista verbal**. Brasília, 20 jul. 2003.

BEZERRA, Alcides. A geografia do Brasil no século XIX. **Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, t. 26, p. 115-143, jul./dez. 1932.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Usos escolares do impresso: questões de historiografia. **Cadernos de História e Filosofia da Educação**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 165-177, jan./jun. 2000.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução Mary Del Priori. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1999.

_____. Morte ou transfiguração do leitor? In: CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. Tradução Fúlvio M. L. Moretto. São Paulo: UNESP, 2002.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: Revista **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

CRUZ, José. **Aspectos estatísticos do ensino primário sergipano 1943-1945**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1947. (v. 5, Estudos sergipanos).

COLÉGIO NOSSA SENHORA DA GLÓRIA. **Lições de geografia para o uso dos alunos do Colégio N. S. da Glória**. Aracaju: Estabelecimento Gráfico José Lins de Carvalho, 1933.

FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE. **Carta do diretor da FAFI, Pe. Luciano Cabral Duarte, para Adalberto Sena**. Aracaju, 19 de setembro de 1952. (Arquivo Central da UFS).

FONTES, José Silvério Leite. Prefácio. In: CAMPOS. Josefina Leite. **Geografia de Sergipe**. Aracaju: Livraria Regina, 1969. p. 9-11.

GALVÃO, Manuel da Cunha. **Relatório A' Assembléia Provincial de Sergipe no dia 5 de março de 1860**. Bahia: Typographia Poggetti de Catellina e Companhia, 1860.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: o regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: UFRJ, 19.

INVENTÁRIO DE JOSEFINA LEITE CAMPOS. Aracaju, 14 de abril de 1969. (Cartório do 2º Ofício, Caixa 134, doc. 2.441, Arquivo Geral do Poder Judiciário do Estado de Sergipe).

JESUS, Antonio Francisco de. Didática de Geografia: professora Josefina Leite Campos. **A Cruzada**, Aracaju, p. 2-6, 9 set. 1967.



LACERDA, Joaquim Maria. **Pequena geographia da infância**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.

LENZ, Luiz Gonzaga. **Geografia**: 1ª série. São Paulo: Saraiva & Companhia, 1937.

LIMA, Zózimo. Lançamento de geografia de Sergipe. **Gazeta de Sergipe**, Aracaju, p. 6, 28 fev. 1967.

_____. Variações em fá sustenido: a história de Sergipe. **Gazeta de Sergipe**, Aracaju, p. 2, 20 nov. 1969.

MENDONÇA, Nunes. **A educação em Sergipe**. Aracaju: Livraria Regina, 1958.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONTALVÃO, Elias. **Meu Sergipe**: ensino da história e chorographia de Sergipe. Aracaju: Typographia Commercial, 1916.

MUNAKATA, Kazumi. Livro didático: produção e leituras. In: ABREU, Márcia. (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. São Paulo: FAPESP, 1999. p. 147-164.

NOBREGA, Vandick Londres da. **Enciclopédia da legislação do ensino**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1952.

NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

OLIVA, Terezinha Alves de; SANTOS, Lenalda Santos (Org.). **UFS**: história dos cursos de graduação. São Cristóvão (SE): CEAV/UFS, 1999.

REUNIÃO DA CONGREGAÇÃO DE PROFESSORES DA FAFI, 14. 5 mar. 1960, Aracaju: Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe: ata, livro 2, f. 12, 1960. (Arquivo Central da UFS).

REUNIÃO DO CONSELHO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA FAFI, 29. 13 fev. 1960, Conselho Técnico Administrativo da FAFI: ata, livro 2, f. 34. Aracaju: Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, 1960. (Arquivo Central da UFS).

ROCHA, Genylton Odilon Rego da. **A trajetória da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro (1837–1942)**. 1996. 302 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

_____. Uma breve história da formação do(a) professor(a) de Geografia no Brasil. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 15, p. 129-144, 2000.

SANTOS, Vera Maria dos. **A Geografia e os seus livros didáticos sobre Sergipe: do século XIX ao século XX**. São Cristóvão, 2004. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) –

Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

SCROSOPPI, Horacio. **Lições de chorographia do Brasil**. São Paulo: Duprat & Companhia, 1911.

SERGIPE. (Estado). **Relatório com que o Exm^o. Snr. Dr. Miranda abriu a Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe no dia 1^o de março de 1875**. Aracaju: Typographia do Jornal do Aracaju, 1875.

_____. **Collecção de Leis, e Resoluções promulgadas pela Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe no ano de 1875**. Aracaju: Typographia do Jornal do Aracaju, 1875.

_____. **Relatório com que o Exm. Snr. Dr. José Martins Fontes 1^o vice – Presidente da Província abriu a 2^a sessão da Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe no dia 6 de março de 1877**. Aracaju: Typographia do Jornal do Aracaju, 1877.

_____. **Relatório com que o Exm. Snr. Dr. José Martins Fontes 1^o vice-Presidente abriu a 1^a sessão da 22^a legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe no dia 1^o de março de 1878**. Aracaju: Typographia do Jornal do Aracaju, 1878.

_____. **Relatório como que o Exm. Snr. Primeiro vice-presidente Dr. Raimundo Bráulio Pires Lima abriu a 2^a sessão da Assembléia Provincial de Sergipe no dia 3 de março de 1879**. Aracaju: Typographia do Jornal de Sergipe, 1879.

_____. DECRETO Nº 231, DE 9 DE JULHO DE 1897. Reforma o ensino da Instrucção Publica. **Collecção de Leis e Decretos de 1897**. Aracaju: Typographia do Estado de Sergipe, 1900.

_____. DECRETO Nº 867, DE 11 DE MARÇO DE 1924. **Collecção de Leis e Decretos do Estado de Sergipe de 1924**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1924.

_____. DECRETO Nº 25, DE 3 DE FEVEREIRO DE 1931. Dá um novo Regulamento à Instrucção primária do Estado. **Decretos – Leis do Estado de Sergipe 1931**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1937.

_____. PORTARIA Nº 01, DE 13 DE JANEIRO DE 1938. Estabelece programas e horários para todas as escolas primárias sergipanas. **Diário Oficial [do] Estado de Sergipe**, Aracaju, p. 4, 13 jan. 1938.

_____. O DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO APRESENTA: a lista de livros didáticos úteis ao ensino primário. **Diário Oficial [do] Estado de Sergipe**, Aracaju, p. 13, 5 dez. 1943.

_____. **Sessão Plenária do Conselho Estadual de Educação**, 104., 16 out. 1966. Aracaju: Conselho Estadual de Educação: ata, livro 1, f. 60-63, 1966.



_____. **Sessão Plenária do Conselho Estadual de Educação**, 107., 19 out. 1966. Aracaju: Conselho Estadual de Educação: ata, livro 1, f. 71-74, 1966.

_____. **Sessão Plenária do Conselho Estadual de Educação**, 109., 21 dez. 1966. Aracaju: Conselho Estadual de Educação: ata, livro 1, f. 78-81, 1966.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (Org.) **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SILVA, Clodomir de Souza e. **Album de Sergipe**: 1820-1920. São Paulo: Secção de Obras do Estado de São Paulo, 1920.

WAPPAEUS, J. E. **Geografia physica do Brasil** (Refundida). Tradução Capistrano de Abreu e Alfredo do Valle Cabral. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger e Filhos, 1884.

Profa. Ms. Vera Maria dos Santos
Universidade Federal de Sergipe

Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação:
Intelectuais, Instituições e Práticas escolares do Núcleo de
Pós-Graduação em Educação
E-mail | veramstos@oi.com.br

Recebido 28 mar. 2007
Aceito 02 maio 2007